

JUDICIÁRIO

Aras e Lindôra no páreo pela PGR

Enquanto o atual procurador-geral da República é defendido por alas influentes do PT, a vice acena ao governo com parecer sobre Moro. Lula já disse que não seguirá lista tríplice

» LUANA PATRIOLINO

Na corrida ao cargo mais alto do Ministério Público Federal (MPF), novos nomes se movimentam para entrar na lista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Quem está na frente da disputa, até o momento, no entanto, é o atual procurador-geral da República, Augusto Aras. A permanência dele, que antes parecia improvável, vem sendo defendida por alas influentes do PT, principalmente na Bahia e em São Paulo, por acreditarem que o PGR é um moderador.

Por outro lado, a atual vice-procuradora-geral da República, braço direito de Aras, Lindôra Maria Araújo, também se movimenta. Ela acenou ao governo, recentemente, e apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer apontando que o senador Sérgio Moro (União-PR), ex-juiz da Lava-Jato, teria cometido o crime de calúnia contra o ministro da Corte Gilmar Mendes — a quem acusou de vender habeas corpus.

Lula já afirmou que irá abandonar a tradição de seguir a lista tríplice elaborada pelas entidades de classe. Até agora, o governo não chegou a consenso sobre outros possíveis postulantes ao cargo. O PT tem imensa preocupação com o Ministério Público e busca um PGR garantista, moderado e pouco midiático.

Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, Augusto Aras é visto como um perfil garantista para o governo. Outro ponto positivo é o posicionamento dele a respeito da Operação Lava-Jato. Ele já criticou publicamente a força-tarefa. Em 2021, durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o PGR disse que, “no enfrentamento à criminalidade, o modelo de forças-tarefas apresentava uma série de deficiências”.

Nessa mesma sessão, os petistas votaram em peso para que Aras fosse reconduzido à função. Atualmente, ele também conta com o apoio do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, ambos do PT da Bahia.

Já Lindôra, segundo fontes, é vista pelos aliados do presidente como conservadora, sem habilidades políticas para resolver conflitos internos e ligada ao bolsonarismo. No STF, ela foi responsável por se manifestar em várias representações

Nelson Jr./SCO/STF



Aras é visto como um perfil garantista para o governo

AFP



Lindôra, por sua vez, é percebida como conservadora

feitas contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), principalmente na época da pandemia da covid-19, mas não levou os casos adiante por “não ver indícios de crime”.

Outro nome que desponta é o do subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos. Ele ganhou projeção por ações a respeito dos atos golpistas de 8 de janeiro. No MPF, é considerado moderado e com grande destaque para as próximas disputas. O subprocurador-geral da República Nicolau Dino também tem se movimentado para se cacifar como candidato a procurador-geral da República. Mas, mesmo sendo irmão do ministro da Justiça, Flávio Dino, Nicolau corre o risco de repetir o fracasso das tentativas anteriores, já que é ligado a Rodrigo Janot e foi defensor da Lava-Jato.

Do lado das entidades, aparece a subprocuradora Luiza Frischeise, que foi eleita, em 2021, para encabeçar a lista tríplice para a sucessão do comando da PGR. No entanto, seu nome não é cotado pelo governo, pois, nos bastidores, os assessores de Lula consideram o perfil dela como muito midiático. A ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge (2015-2019) é outro nome falado nos corredores do Ministério Público, mas não é cotada devido ao vínculo com o ex-presidente Michel Temer (MDB).

Na avaliação do cientista político Melillo Dinis, Aras não deve ser reconduzido ao cargo, mas o PT deve escolher alguém com o perfil similar. “Se a lista interna já está longe das preocupações do Planalto, o desafio momentaneamente é buscar nomes enquanto se passa a esperança para Aras, um velho conhecedor do jogo da sucessão. Em síntese, até setembro não se terá nada diferente que uma disputa entre entendedores e entendidos em torno de um cargo de muita importância e extrema relevância para qualquer governo”, disse.

Tradição abandonada

Para o cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Lula terá de ponderar bem a decisão. “O presidente da República ao decidir uma indicação de peso como essa, muito influente, ele tem que prezar pelos princípios republicanos de tecnicidade, de isenção, de imparcialidade e não tomar decisões com base em rancores pessoais”.

Augusto Aras, atual PGR, termina o mandato apenas em setembro de 2023. Tradicionalmente, o PT cultiva a tradição de acatar a lista tríplice elaborada pelos procuradores do órgão. Mas, desta vez,

Lula já afirmou que será diferente. A elaboração não é prevista na Constituição, mas é bem vista entre as entidades de classe.

Depois de ser escolhido pelo chefe do Executivo, o indicado ao cargo também deve passar por uma sabatina no Senado para receber o aval dos parlamentares, por meio da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O cientista político Rafael Rodrigues Viegas, doutor em administração pública e governo pela FGV-SP, tece críticas à elaboração da lista. Ele aponta a iniciativa como corporativista.

“Trata-se de um projeto político de uma corporação para dar poder a um grupo de procuradores políticos que barganham com os candidatos todos os tipos de vantagens corporativas no eventual governo. A lista não está prevista na Constituição Federal de 1988 e faz todo sentido que não esteja”, ressaltou.

De acordo com a Constituição, o chefe do Ministério Público Federal “representa os interesses da União e fiscaliza a execução e o cumprimento da lei em todos os processos sujeitos a seu exame”. O cargo é, dentre as indicações privativas do presidente da República, um dos mais estratégicos. Ele autoriza o ocupante a questionar a constitucionalidade de leis, pedir intervenção federal, entre outros encaminhamentos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O que é como antes no mundo do trabalho

O pior já passou, com o resgate da democracia e das políticas sociais após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ninguém se iluda: ainda vivemos tempos sombrios, de radicalização e totalitarismo, em contraposição à amizade e ao humanismo, como diria a filósofa judia alemã Hanna Arendt. Como há um século, o fenômeno nos remete ao fascismo e à guerra, tendo novamente como palco central a Europa. Novo é o contexto em que isso ocorre, de mudanças sem precedentes, impulsionadas pela tecnologia digital e pela inteligência artificial, que às vezes parecem opor o trabalho e o progresso à centralidade da democracia, o que é uma das raízes do totalitarismo.

Por óbvio, o pano de fundo dessas reflexões é o Primeiro de Maio, comemorado ontem por trabalhadores de todo o mundo. No Brasil, proposta pelas centrais sindicais, a relação entre o trabalho e as redes sociais migrou da agenda sindical para a de governo, às vésperas da votação na Câmara do substitutivo do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) que regulamenta a atuação das big techs, projeto vulgarmente chamado de Lei das Fake News, prevista para hoje. O presidente Lula criou um grupo de trabalho dentro do governo para discutir propostas de regulamentação do trabalho por aplicativos e de um plano nacional de igualdade salarial entre mulheres e homens.

O petista acolheu parte das reivindicações das centrais sindicais, no rastro de um pronunciamento no qual destacou seu compromisso com o mundo do trabalho: “Não importa a profissão ou o local de trabalho. O importante é que vocês são os responsáveis pela geração da riqueza do Brasil”.

Primeiro, retomou a política de valorização do salário-mínimo, com a mesma regra exitosa da política anterior, que promoveu um aumento real de mais de 78% desde 2004 e beneficiou cerca de 54 milhões de trabalhadores e aposentados (reajuste anual pelo INPC mais o aumento real correspondente à variação anual do PIB), com piso mínimo de aumento real anual de 2,4%.

Segundo, regulamentar as relações de trabalho em aplicativos e plataformas que ocupam espaços em múltiplas atividades econômicas, a começar pelo transporte de pessoas e mercadorias feitas por carros, motos e bicicletas. Para as centrais, esses trabalhadores devem ter direitos e proteções.

Ficaram de fora da agenda a atualização do sistema sindical e a revisão da reforma trabalhista, a pretexto de combater o trabalho análogo à escravidão, a terceirização e outras formas de precarização do trabalho. As centrais também pleiteiam um sistema autônomo para regular a organização sindical de trabalhadores e empresas, o sistema negocial e o seu custeio.

NO BRASIL, A QUESTÃO DO TRABALHO TEM UM SENTIDO ESPECIAL. MUITAS VEZES É TRATADA COMO CASO DE POLÍCIA. O PARADIGMA ESCRAVISTA, COM SUA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, IMPREGNOU A ESTRUTURA SOCIAL

DIPLOMACIA

Embaixadora chega ao país para discutir guerra

» HENRIQUE LESSA

A embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (ONU), Linda Thomas-Greenfield, chega hoje ao Brasil. A diplomata, que fica no país até quinta-feira, vai se encontrar com representantes do governo brasileiro. Na pauta oficial está a discussão sobre a agenda climática e segurança alimentar, mas é esperado que um dos pontos centrais do diálogo com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, seja a posição brasileira no caso da guerra entre Rússia e Ucrânia.

A diplomata realizou ontem uma entrevista coletiva virtual para jornalistas brasileiros antes da viagem. O assunto mais questionado foram as falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a respeito da guerra. Greenfield afirmou que os norte-americanos ficaram “desapontados com os comentários iniciais que o presidente fez”. “A razão para tal é que nós partilhemos fortes valores democráticos, e o Brasil tem sido um parceiro constante na defesa desses valores nas Nações Unidas e

TIMOTHY A. CLARY



Diplomata dos EUA na ONU cobra apoio do Brasil às sanções contra a Rússia

do sistema multilateral. Sempre apoiando as questões de soberania, independência e integridade das fronteiras dos países”, disse.

Greenfield, que faz parte do gabinete do presidente Joe Biden, é a oficial mais graduada a visitar o Brasil desde a visita do chanceler russo, Sergey Lavrov. E é esperado que os Estados Unidos insistam em cobrar uma sinalização brasileira de apoio às sanções contra a

Rússia. “Continuamos trabalhando no Conselho (de Segurança da ONU) e esperamos engajar o Brasil nos valores comuns que partilhamos”, disse a embaixadora. “O Brasil é membro do Conselho de Segurança, está no palco internacional e, assim como os Estados Unidos, tem um papel chave como parceiros internacionais.”

Apesar de o Brasil condenar a Rússia pela invasão, mantém a

posição de não aderir às sanções e vem criticando qualquer apoio com armamento aos países envolvidos no conflito. Para interlocutores do Itamaraty, o posicionamento não deve se alterar apesar da pressão norte-americana. Mas ele acreditam que a retórica presidencial deve seguir o movimento das últimas semanas e continuar baixando o tom.

Justificando a escolha dos EUA em fornecer apoio bélico para o estado europeu, a diplomata citou o secretário de Estado americano, Antony Blinken, e disse que, “se a Rússia parar a guerra, a guerra termina, se a Ucrânia parar a guerra, a Ucrânia termina”.

Ao comentar a relação entre Brasil e EUA, Greenfield garantiu que os laços seguem firmes, lembrando que, em 2024, a “vibrante parceria” entre os dois países completa seu bicentenário. Quanto às divergências, disse que “há momentos em que amigos podem discordar uns dos outros, mas seguem otimistas em continuar conversando”. E concluiu: “O Brasil condena o ataque não provocado da Rússia à Ucrânia, temos que continuar engajados nisso”.